

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FAEFI

RAFAELA PIRES ROMANELLI

**OS ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES
DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFU**

UBERLÂNDIA – 2019

RAFAELA PIRES ROMANELLI

**OS ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES
DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFU**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca avaliadora
como requisito para obtenção do
diploma de graduação em Educação
Física. Professora Orientadora:
Prof^a Dr^a. Gabriela Machado
Ribeiro

UBERLÂNDIA – 2019

RAFAELA PIRES ROMANELLI

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca avaliadora
como requisito para obtenção do
diploma de graduação em Educação
Física. Professora Orientadora:
Prof^a Dr.^a Gabriela Machado
Ribeiro

Uberlândia, 29 de Julho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Doutora Gabriela Machado Ribeiro - FAEFI/UFU

Membro: Doutora Teresa Ontañon Barragán - FAEFI/UFU

Membro: Mestra Priscila Castilho Casassanta Tollendal - E. E. Felisberto
Carrijo

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus porque sem Ele eu não sou nada e nem estaria aqui.

Dedico a minha família, Carlos, Nicole, Mari Ângela, João Henrique e, em especial, a minha mãezinha Eliana que foi morar ao lado do papai do céu, que sempre me apoiou em tudo e me ensinou a ser forte.

E por último, mas não menos importante, dedico a minha melhor amiga Titi, sem ela nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a cada um que direta ou indiretamente participou desta minha jornada, não foi nada fácil e poucos sabem o que passei para chegar até aqui.

Agradeço a minha Orientadora por não desistir de mim e por contribuir na construção desse trabalho. Obrigada pelas dicas, correções e sugestões, obrigada por tudo de coração.

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cidade de origem

Gráfico 2 - Período

Gráfico 3 - Auxílio PROAE

Gráfico 4 - Outro tipo de auxílio

Gráfico 5 - Área de atuação do estágio

Gráfico 6 - Período de início do estágio

Gráfico 7 - Assinatura do termo de estágio

Gráfico 8 - Supervisão no local do estágio

Gráfico 9 - Supervisão do professor orientador

Gráfico 10 - O que levou à procura do estágio

Gráfico 11 - O estágio proporcionou contribuições

Gráfico 12 - Dificuldades em conseguir um estágio

Gráfico 13 - Dificuldade em conciliar graduação e estágio

SUMÁRIO	
1. INTRODUÇÃO.....	09
2. ESTÁGIOS: CONCEITOS E IMPORTÂNCIA	09
2.1 ESTUDOS SOBRE OS ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS.....	13
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
ANEXOS	30
Anexo 1	31
APÊNDICES	38
Apêndice 1.....	39
Apêndice 2.....	40

OS ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFU

NON-COMPULSORY INTERNSHIPS IN PERCEPTION OF THE PHYSICAL EDUCATION STUDENTS OF THE UFU

PRÁCTICAS PROFESIONALES NO OBLIGATORIAS EN LA PERCEPCIÓN DE LOS ESTUDIANTES DE EDUCACIÓN FÍSICA DE LA UFU

RESUMO: Este estudo teve como objetivo investigar as implicações dos estágios não obrigatórios na formação acadêmica dos estudantes do curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia. Esta pesquisa é de abordagem qualitativa do tipo descritiva explicativa e para a coleta de dados foi aplicado um questionário online com 51 estudantes. Conclui-se que os estágios não obrigatórios possuem papel bastante relevante na formação acadêmica dos estudantes, mas é necessário considerar os pontos negativos como: defasagem na supervisão, tanto da concedente de estágio quanto da coordenação do curso, dificuldades em conciliar a graduação com estágios e positivos como: aproximação e inserção ao âmbito profissional, que permeiam essa prática.

Palavras chaves: Estágios, Formação Acadêmica, Educação Física

ABSTRACT: This study aimed to investigate the implications of non-compulsory internships in the academic formation of Physical Education students at the Federal University of Uberlândia. This research is a qualitative approach of explanatory-descriptive type and for data collection was applied an online questionnaire with 51 students. It is concluded that non-compulsory internships play a very relevant role in the academic formation of students, but it is necessary to consider the negative points such as: delayed supervision of both the internship grantee and the coordination of the course, difficulties in reconciling the graduation with internships and positives such as: approach and insertion to the professional scope, that permeate this practice.

Keywords: Internships; Academic training; Physical Education

RESUMEN: Este estudio tuvo como objetivo investigar las implicaciones de las prácticas profesionales no obligatorias en la formación académica de los estudiantes de Educación Física en la Universidad Federal de Uberlândia. Esta investigación es un enfoque cualitativo de tipo descriptivo- explicativo y para la recolección de datos se aplicó un cuestionario *online* con 51 estudiantes. Se concluye que las prácticas profesionales no obligatorias desempeñan un papel muy importante en la formación académica de los estudiantes, pero es necesario considerar los puntos negativos como: falta de supervisión tanto del otorgante como de la coordinación del curso, dificultades para conciliar la graduación con las prácticas profesionales no obligatorias y aspectos positivos como: aproximación e inserción al ámbito profesional, que impregnan esta práctica.

Palabras clave: Prácticas Profesionales no Obligatorias; Formación académica; Educación Física

1. INTRODUÇÃO

Os estágios obrigatórios e não obrigatórios são considerados muito relevantes para a formação acadêmica e profissional do estudante, mas é importante considerar as potencialidades e limitações desta prática no decorrer da graduação.

Levando em consideração o grande número de estudantes que procuram os estágios não obrigatórios no decorrer do curso, o objetivo desta pesquisa foi investigar quais as implicações dos estágios não obrigatórios na formação acadêmica a partir da percepção dos estudantes do curso de Educação Física Licenciatura/ Bacharelado da Universidade Federal de Uberlândia.

Considerando as experiências vividas pelos alunos do curso relacionadas aos estágios, em especial, neste estudo o não obrigatório e as suas implicações dentro e fora da graduação, é importante que haja uma discussão a respeito do assunto, para que a universidade e os alunos se aproximem mais desta realidade, conheçam melhor seus direitos e seus deveres.

O texto se inicia com alguns conceitos, discute a importância dos estágios e legislação vigente, em seguida apresenta alguns estudos sobre o assunto na Educação Física e em outras áreas e a seguir traz a análise de dados que foram coletados a partir da aplicação de um questionário *online* elaborado no Google Forms.

2. ESTÁGIOS: CONCEITOS E IMPORTÂNCIA

A Educação Física é uma área que aborda diversos campos do conhecimento. O campo de atuação profissional é bastante vasto incluindo desde o âmbito escolar, esporte de alto rendimento, políticas públicas e gestão, promoção da saúde, entre outros. Considerando a diversidade de possibilidades, os estágios podem ser ferramentas de ensino aprendido e aproximação para escolha de uma ou outra área.

Os estágios, segundo a Lei nº 11.788/2008, é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho e visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes do ensino regular em Instituições de Educação Superior. O estágio integra o projeto pedagógico do curso e, além de fazer parte do

itinerário formativo do estudante, tem como objetivo o aprendizado de atitudes, competências e habilidades próprias da sua atividade profissional futura, preparando-o para o exercício da profissão e para inserção no mundo do trabalho.

Para Barros (2001) o estágio é, pois, essencialmente um período de adaptação do aluno a condição de profissional no mercado de trabalho. Deve atender os objetivos do projeto pedagógico do curso, as normas da CLT e as determinações do Conselho da profissão (no caso da Educação Física, o CONFEF – Conselho Federal de Educação Física e os CREF – Conselhos Regionais de Educação Física).

O estágio supervisionado permite ao futuro profissional conhecer, analisar e refletir sobre seu ambiente de trabalho. Para tanto, o aluno de estágio precisa enfrentar a realidade munido das teorias que aprende ao longo do curso, das reflexões que faz a partir da prática que observa, de experiências que viveu e que vive enquanto aluno, das concepções que carrega sobre o que é ensinar e aprender, além das habilidades “considerar o estágio como campo de conhecimento significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supere sua tradicional redução à atividade prática instrumental” (PIMENTA e LIMA, 2012, p.29). O estágio torna-se ainda mais importante, quando se tem consciência de que a sociedade e, em especial, a comunidade na qual se inserem os profissionais, será a maior beneficiada, uma vez que os profissionais possuem maior compreensão sobre a aplicação e adequação da teoria a novas situações intervindo numa determinada realidade, gerando novos conhecimentos (FREY e FREY 2009).

Como atividade teórico-prática, o estágio deve relacionar-se à totalidade das ações desenvolvidas no Projeto Político Pedagógico. Entretanto, nem sempre é possível estabelecer essa relação devido à forma como os conhecimentos se organizam na estrutura curricular dos cursos de graduação. Na estrutura curricular há o conjunto de disciplinas teóricas que objetivam oferecer uma fundamentação básica e específica.

Segundo Silva (2005), de um modo geral, o estágio é considerado um instrumento de aquisição de experiência para competir no mercado e um elemento de aplicação e de obtenção de conhecimentos práticos. A autora explica que a perspectiva de adequação da prática à teoria é predominante, revelando que o processo de organização de conhecimento está construído, tendo na sua base a dicotomia entre a teoria e a prática. Há o momento da teoria e o momento da prática, depois se tenta estabelecer uma relação direta e imediata entre um momento e outro.

“a dicotomia geralmente operada entre o que é da ordem do teórico e da ordem do prático, de modo que a expectativa mais forte com que se

apresentam os estagiários é a de que lhes sejam oferecidas, quiçá ensinadas, receitas, fórmulas previamente definidas de atuação, para serem usadas frente aos desafios do cotidiano rico e dinâmico que é característica, neste caso, dos espaços educativos” (SILVA, 2005 p. 14).

Entretanto, essa lógica dicotômica precisa ser superada, pois “o estágio não é apenas, uma prática aplicada, uma verificação de teorias ou uma atividade de treinamento, mas um momento de apreensão do real no espaço de atuação profissional”. Possibilita ao estudante desenvolver a capacidade de identificar problemas concretos que poderão contribuir para o repensar da profissão (SILVA, 2005, p. 14).

Nessa direção, o estágio pode constituir-se como uma via de interação entre os cursos de formação e os campos de atuação profissional ao possibilitar ao estudante construir suas compreensões pessoais, seus saberes e compromissos éticos e profissionais. Essa configuração se efetivará se o estagiário apresentar a possibilidade de ir “além do fazer”, se possibilitar a oportunidade de problematizar, questionar, investigar, recorrer à literatura para formular e reformular conhecimentos que subsidiem sua prática.

No Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física Licenciatura/Bacharelado da Universidade Federal de Uberlândia, versão 2011, no que diz respeito aos instrumentos de indissociabilidade teoria e prática, esses são garantidos através da prática como componente curricular, dos estágios supervisionados e atividades complementares, como projetos, estágios extracurriculares, cursos, seminários, etc. Ainda consta que é necessário superar essas dicotomias existentes entre a teoria e a prática, ensino e pesquisa, pois elas se mostram frágeis e ultrapassadas diante das necessidades e do mercado de trabalho (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO, 2011).

Nesse sentido, exige-se cada vez mais que os projetos pedagógicos dos cursos de graduação cumpram o seu papel de formar profissionais para o exercício de aprender sempre, fazendo de sua prática um objeto de estudo e investigação. Na formação destes profissionais o estágio só exercerá um papel relevante se possibilitar ao aluno o desenvolvimento de capacidades como identificar, caracterizar, analisar as necessidades sociais, compreendendo os determinantes dessas necessidades e as possibilidades de construir ações de superação (SILVA, 2005 p. 13-16).

A maioria dos cursos de graduação prevê a realização de estágio obrigatórios e não obrigatórios. Esse último, é realizado a partir da iniciativa dos estudantes. A lei que

regulamenta esta prática é a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei Federal que dispõe sobre o estágio de estudantes.

Na Universidade Federal de Uberlândia, com base na lei 11.788/2008, existe a Resolução Nº 24/2012 do Conselho de graduação - normas gerais dos estágios de graduação da Pró Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (2016), que diz que o estágio obrigatório é componente curricular do curso, sendo requisito para sua conclusão e estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional e complementar, acrescida à carga horária regular e obrigatória, dependendo do projeto pedagógico e das normas complementares de estágio aprovadas pelo Colegiado de Curso e normas de atividades complementares de cada curso.

De acordo com a Lei Federal do Estágio, Lei 11.788/2008, de 25 de Setembro de 2008 o estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos: matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso (BRASIL, 2008).

O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente. O descumprimento de qualquer dos incisos ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária (BRASIL, 2008).

A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar: 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior (BRASIL, 2008).

A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio transporte, na hipótese de estágio não obrigatório e não caracteriza vínculo empregatício. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e este

recesso deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa. E caso o estágio tenha duração inferior a 1(um) ano, os dias de recesso serão concedidos proporcionalmente (BRASIL, 2008).

Em relação ao estágio, de forma geral, o Projeto Pedagógico do Curso da Educação Física (versão 2011), diz que todo estágio deve estar regulamentado e amparado pelas normas internas e ainda, brevemente, menciona que os estágios não obrigatórios são considerados atividades complementares e pode ser acrescida a carga horária complementar exigida pelo curso de 200 (duzentas) horas.

2.1. ESTUDOS SOBRE OS ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS

Lavall e Barden (2014) realizaram um estudo no Centro Universitário UNIVATES com o objetivo de verificar as contribuições do estágio não-obrigatório para a formação acadêmica e profissional dos estudantes. Para atingir esse objetivo, buscaram compreender o perfil dos estagiários, cursos e empresas concedentes, a relação estabelecida entre a teoria com a prática e com o mercado de trabalho. Foi feito um estudo exploratório realizado por meio de pesquisa bibliográfica e levantamento. As autoras concluíram que o estágio não obrigatório possui várias facetas. Concordam com Melo (2010, p. 36) que, “dependendo [...] do enfoque em que se discuta o assunto, podem-se perceber aspectos positivos e negativos envolvidos”. No entanto, alertam considerar que os aspectos positivos certamente se sobrepõem aos negativos, compensando eventuais dificuldades. Contribui de forma positiva para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, em contrapartida, foi revelado certo descontentamento com a supervisão realizada pela Univates.

Outro estudo sobre estágios não-obrigatórios, realizado em UniFOA, Millen Neto et al (2002) visavam apresentar aspectos legais que regem o ingresso e a permanência de estudantes nos programas de estágios extracurriculares e confrontar com os critérios e procedimentos metodológicos utilizados em programas de estágios que atendem a demanda de alunos da UniFOA e também esclarecer para que fins o mesmo está sendo direcionado, proporcionando uma contribuição para a formação de uma consciência crítica nos alunos/estagiários e futuros alunos/estagiários. A técnica de pesquisa utilizada foi a documentação direta, pesquisa de campo, do tipo quantitativo-descritivo. Para isto foi utilizado um questionário com perguntas fechadas e uma aberta. Os autores concluíram que o estágio extracurricular, oferecido aos alunos do curso de Educação Física da UniFOA, não contribui adequadamente para a formação dos

graduandos, pois não contempla, na maioria das vezes, a formação acadêmica dos alunos/estagiários. Foi observado que os parâmetros legais e regulamentações que regem o estágio não estão sendo respeitados pelos órgãos e instituições que o oferecem, e os alunos/estagiários não estão tendo o devido resguardo institucional da UniFOA. Segundo o estudo, a dificuldade financeira faz com que uma grande porção desse grupo se submeta a determinadas situações abusivas de poder para que possa se manter em tal curso, mesmo não sendo o ideal para sua formação e até mesmo para a própria área, logo que, o tempo para o "estágio" passa a ser tão grande, que começa a faltar para o próprio estudo e assim a formação mais uma vez falha.

Ainda, Reis e Monte (2013) analisaram as relações de trabalho do estágio não obrigatório nas academias de ginástica de Belém. O objetivo foi esclarecer as problemáticas que permeiam a constituição do estágio não obrigatório diante do processo de reestruturação produtiva no capitalismo em consonância com a desregulamentação e flexibilização do trabalho a partir da Lei do estágio 11.788/2008. O método adotado nesta pesquisa baseia-se no materialismo histórico dialético, sendo realizada uma pesquisa de campo de caráter exploratório, em que o cenário era a Universidade do Estado do Pará (UEPA). Os autores concluíram que existe uma forte conexão entre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva do capitalismo e as relações de trabalho no estágio nas academias de ginástica mediadas por alterações flexíveis nas relações e contratos de trabalho. Assim dizem que estagiários são contratados para atuarem como um profissional formado sem ônus previdenciário para a empresa, sendo, portanto, desvirtuado de suas ações pedagógicas na prática do estágio, tornando-se um trabalhador precarizado sem quaisquer direitos trabalhistas.

Em um estudo realizado na área das Ciências Sociais, Lôbo (2018) analisou os limites e possibilidades de uma prática formadora sobre o estágio não obrigatório na educação superior. O objetivo do estudo foi demonstrar como o estágio não obrigatório impacta na formação social, acadêmica e profissional dos estudantes de baixa renda inseridos em uma Instituição de Educação Superior Privada situada em região de periferia do Distrito Federal. O autor optou por uma estratégia metodológica de abordagem quantitativa e qualitativa e tipo descritivo que contou com a mediação de técnica de grupo focal, com a aplicação de questionário com questões fechadas. O autor concluiu, portanto, que o estágio não obrigatório, relevando os diversos contextos sociais, impacta significativamente na formação profissional do acadêmico. Ao

apresentar os seus resultados, Lôbo (2018) cita as pesquisas de Vargas e Paula (2012) e Terribili Filho (2007) para afirmar que:

- a) O estágio não obrigatório fornece ao estudante uma complementação em sua formação acadêmica e ajudam em sua capacitação profissional, pois representam experiência na área de formação.
- b) Outro aspecto considerável foi a geração de renda. Foi possível constatar que a bolsa auxílio recebida durante o estágio é parte integrante da renda familiar do estudante. E em alguns casos é a única renda do núcleo familiar.
- c) Outro fato que pode ser considerado foi a perspectiva de contratação após o término do contrato.
- d) Ficou claro que existe uma diferença significativa entre o estágio obrigatório e o estágio não obrigatório, principalmente no que tange a sua relevância com relação a formação profissional do acadêmico;
- e) Ficou clara a relação dos estudos/vida profissional entre os trabalhadores-estudantes, estudantes-trabalhadores e estudantes-estagiários e o grau de importância que cada categoria aplica ao trabalho.

Com base nos estudos lidos e aqui apresentados, pode-se concluir que na maioria deles os pontos negativos desta prática se sobressaem aos positivos. Destaca-se a precarização do trabalho, as remunerações baixíssimas, além de que, em muitos casos, os concedentes e supervisores do estágio não se preocupam realmente com o objetivo e importância dele, não se preocupam com as condições de trabalho ou em enriquecer a prática com ensinamentos e em estar de acordo com as leis vigentes. Vale salientar que tal condição leva a refletir por quais motivos os futuros profissionais da Educação Física se sujeitam a tal papel e o porquê dos próprios profissionais da área não investirem na qualificação do seu estágio.

Entretanto e apesar de ser um enorme problema junto aos processos de preparação profissional em Educação Física e ao próprio mercado de trabalho na área, os estágios extracurriculares continuam não sendo alvos de estudos que busquem analisá-los ou compreendê-los (RAMOS 2002).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere a pesquisa, Silveira e Córdova (2009) afirmam que a pesquisa é atividade central à Ciência, e é por meio dela que se busca entender uma determinada realidade que se queira investigar.

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa do tipo descritivo- explicativa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores são as características da pesquisa qualitativa.

Para Gil (2007), pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. E segundo ele, quanto a explicativa são “pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2007, p. 42).

No presente estudo foi realizada uma pesquisa de campo na Faculdade de Educação Física da UFU, na cidade de Uberlândia, com estudantes a partir do 4º período, matriculados regularmente no curso de Educação Física Licenciatura/Bacharelado, que está em extinção no momento¹¹. Atualmente esse curso conta com aproximadamente 350 alunos e foram convidados a participar da investigação estudantes que estão realizando estágios não obrigatórios e estudantes que já realizaram estágios não obrigatórios em algum momento da graduação.

O convite para a participação na pesquisa e aplicação do questionário foi através de redes sociais Facebook, Whatsapp, Instagram e E-mail. O instrumento contava com perguntas abertas e fechadas relacionadas a dados pessoais, contribuições, dificuldades e motivações pela busca dos estágios não obrigatórios. Os estudantes assinaram o

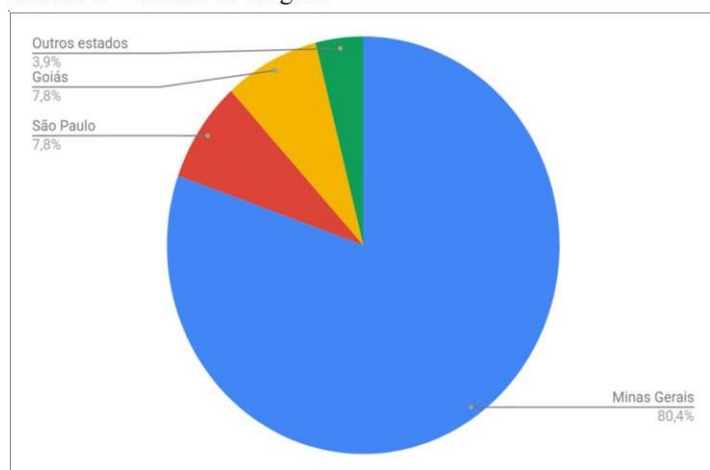
¹ Desde 2018, a Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da UFU conta com mais dois cursos distintos: Educação Física Licenciatura e Educação Física Bacharelado.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e responderam voluntariamente ao questionário.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram do estudo 51 estudantes, 43,1% do gênero masculino e 56,9% do gênero feminino, em que 62,7% dos participantes possuem de 19 a 23 anos, 29,4% de 24 a 29 anos e 7,8% de 30 a 42 anos.

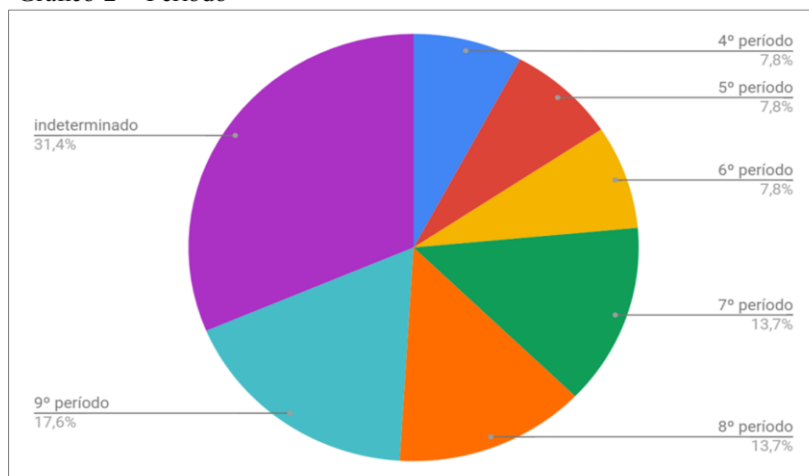
Gráfico 1 – Cidade de Origem



Fonte: Dados da pesquisa

Ao perguntarmos a cidade de origem: a predominância, é de respondentes de cidades do estado de Minas Gerais (80,4%), majoritariamente da cidade de Uberlândia, 7,8% de cidades do estado de São Paulo, 7,8% do estado de Goiás e 3,9% de outros estados (Gráfico 1).

Gráfico 2 - Período



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao período que se encontram na faculdade, 7,8% estão no 4º período,

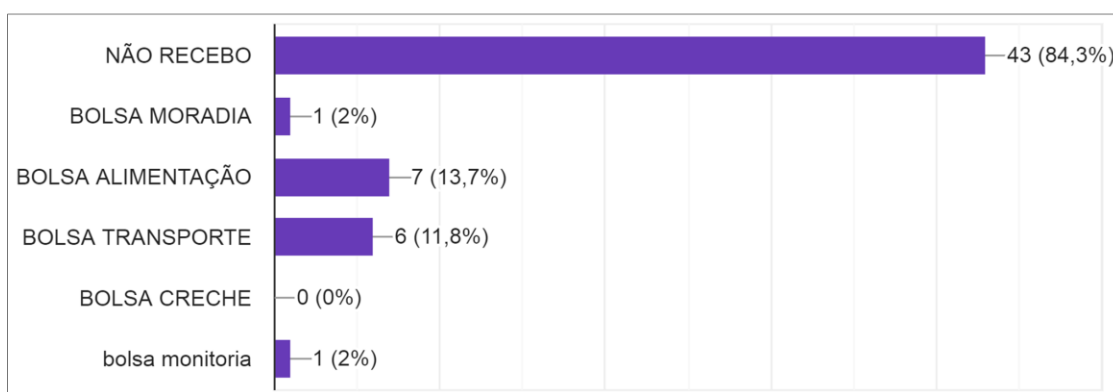
7,8% no 5º período, 7,8% no 6º período, 13,7% no 7º período, 13,7% no 8º período, 17,6% no 9º período e 31,4% em períodos indeterminados (Gráfico 2). Ao perguntarmos se estavam realizando estágio no momento de realização da pesquisa, 35,3% responderam que não estavam e 64,7% que estavam realizando estágios não obrigatórios.

Quando questionados sobre recebimento de auxílio da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFU 84,3% não recebem, 2% recebem bolsa moradia, 13,7% recebem bolsa alimentação e 11,8% recebem bolsa transporte (Gráfico 3).

Segundos dados da PROAE (Pró Reitoria de Assistência Estudantil), essa estabelece garantia de assistência estudantil e disponibiliza 10 tipos de bolsa auxílio: Moradia, alimentação, transporte urbano e intermunicipal, acessibilidade, creche, mobilidade nacional/internacional, instrumental odontológico e vaga na moradia estudantil.

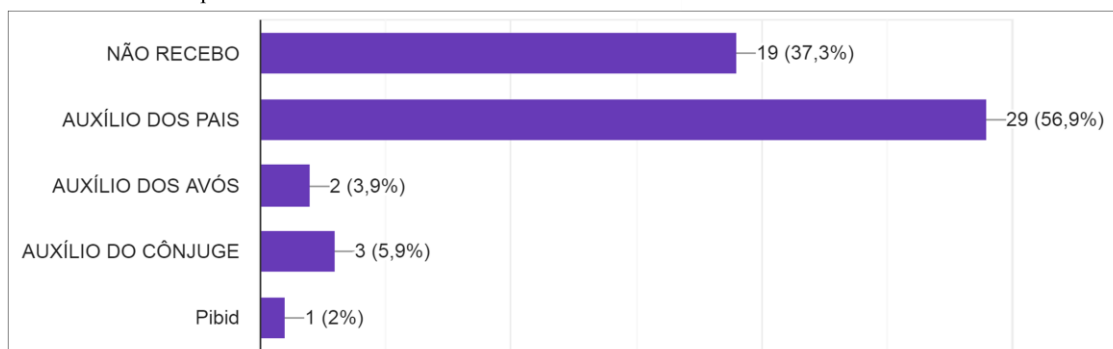
Em relação ao recebimento de outro tipo de auxílio financeiro 37,3% não recebem, 56,9% recebem auxílio dos pais, 3,9% auxílio dos avós, 5,9% recebem auxílio do cônjuge e 2% bolsa do Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) (Gráfico 4).

Gráfico 3 – Auxílio Proae



Fonte: Dados da pesquisa

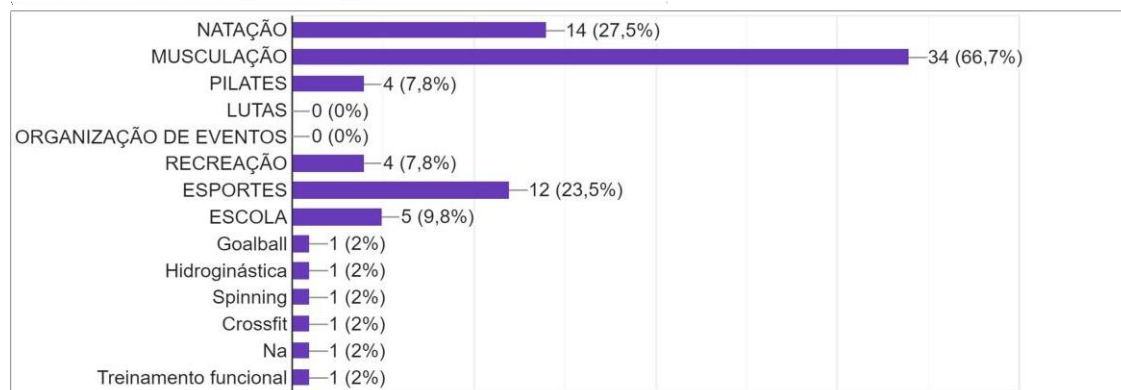
Gráfico 4 – Outro tipo de auxílio



Fonte: Dados da pesquisa

Podemos afirmar que muitas pessoas que responderam o questionário recebem auxílio financeiro de familiares, o que pode ser explicado pelo fato de muitas delas virem de outras cidades e estados para realizarem sua graduação em Uberlândia, assim, aumentam seus gastos para se manter na cidade.

Gráfico 5 – Área de atuação do estágio

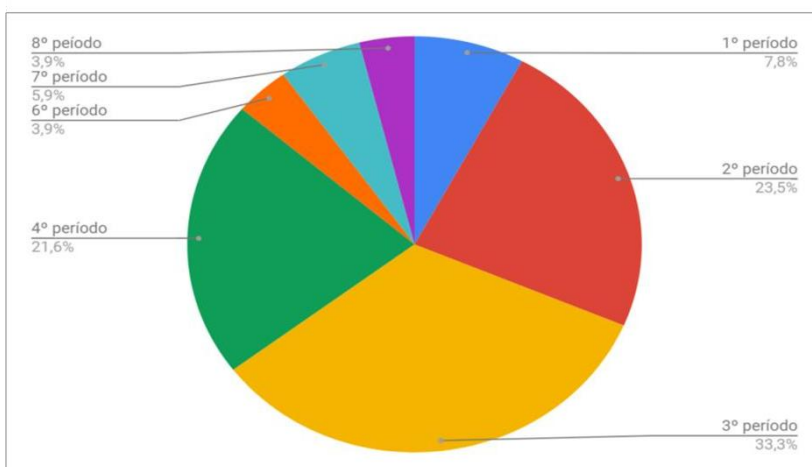


Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados sobre a área de atuação do estágio 31,5% responderam que atuam ou atuaram na área de Atividades Aquáticas 66,7%, Musculação 7,8%, Pilates, 7,8 Recreação 23,5%, Esportes 9,8%, Escola 2%, Goalball 2%, Spinning 2%, Crossfit e 2% Treinamento Funcional (Gráfico 5).

Nota-se que a musculação é a área que mais abrange os graduandos, muito provavelmente, pela quantidade de academias existentes na cidade de Uberlândia. Em dado disponível no Diário de Uberlândia (2018)², atualmente, 248 academias de ginásticas estão ativas na cidade.

Gráfico 6 – Período de início do estágio



Fonte: Dados da pesquisa

² Disponível em: [https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/16357/ contra-a- crise-numero-de-academias- cresce-em-uberlandia](https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/16357/contra-a- crise-numero-de-academias- cresce-em-uberlandia)
Acesso: 15 de Julho de 2019

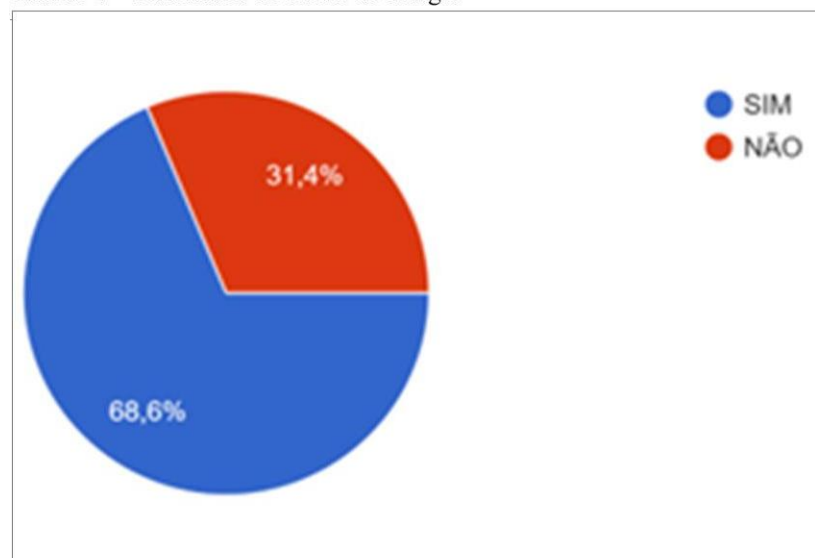
Quanto ao período do curso que começaram a fazer estágio 7,8% começaram no 1º período, 23,5% no 2º período, 33,3% no 3º período, 21,6% no 4º período, 3,9% no 6º período, 5,9% no 7º período e 3,9% no 8º período (Gráfico 6). É importante ressaltar que mais de 30,1% começaram a fazer estágio antes do 3º período, entretanto, de acordo com a Resolução 24/2012 do Conselho de Graduação disponível no site da PROGRAD - UFU, para formalização e início da atividade de estágio tanto obrigatório quanto não-obrigatório, o estudante deverá ter necessariamente cursado o primeiro e o segundo semestre do curso.

Ao responderem sobre a remuneração do estágio não obrigatório 90,2% responderam que recebem remuneração e 9,8% não recebem. Mesmo não sendo questionados sobre valores, é possível ter uma noção, pois segundo anúncios de contratação de estagiários disponível no site Diário de Uberlândia³ e no site da Câmara de Dirigentes Logistas (CDL) de Uberlândia, os valores variam entre R\$ 500 a 905 reais.

Segundo a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES de 2018 (2019), aponta que o percentual de estudantes trabalhadores constituem 29,9%, e dentro desse percentual 24,4% são estagiários.

Quando o tema abordado são os estágios extracurriculares, o que se destaca é a mão-de-obra barata, ou seja, em muitos lugares onde há prestação de serviços ligados à atividade física, os proprietários e/ou dirigentes acabam optando pela contratação do estagiário no lugar de um profissional habilitado (RAMOS, 2002).

Gráfico 7 – Assinatura do termo de estágio



Fonte: Dados da pesquisa

³ Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/20675/vagas-para-pedagogia-e-educacao-fisica-sao-oferecidas-em-uberlandia> Acesso em: 15 de julho de 2019.

Quando questionados sobre a assinatura do termo de compromisso: 31,4% não assinaram e 68,6% assinaram (Gráfico 7). Lima Filho (2009) em seu estudo aponta sobre às exigências para celebração do mesmo:

a) o termo de compromisso firmado entre o estudante e a empresa concedente do estágio, salvo a modalidade de ação comunitária, onde o termo é dispensável;

b) a intermediação da instituição de ensino;

c) a comprovação de seguro de acidentes pessoais para o estagiário por parte do concedente de estágio;

Aos que responderam que assinaram, foi questionado se as atividades descritas no termo de compromisso do estágio, condizem com as que desempenha/ desempenhou, 32,5% responderam afirmativamente, 32,5 não e 35% em partes. Ainda em seu estudo, Lima Filho (2009) afirma que não existindo vinculação das atividades, a relação entre o “estagiário” e a concedente não pode ser caracterizada como estágio, mas como uma autêntica relação de emprego.

O único registro que tem em relação ao número de estudantes com termo de compromisso de estágio não obrigatório ativo no curso de Educação Física da UFU é o registro do SESTA (Setor de Estágio). A coordenação do curso não possui essa informação. Há 43 alunos do curso de Educação Física registrados (40 externos e 3 internos). Dos respondentes, 33 estão realizando estágio não obrigatório e 10 que possuem o registro no SESTA não responderam a pesquisa. No entanto, dos estudantes que estão realizando estágio atualmente, 8 responderam que não assinaram o termo de estágio.

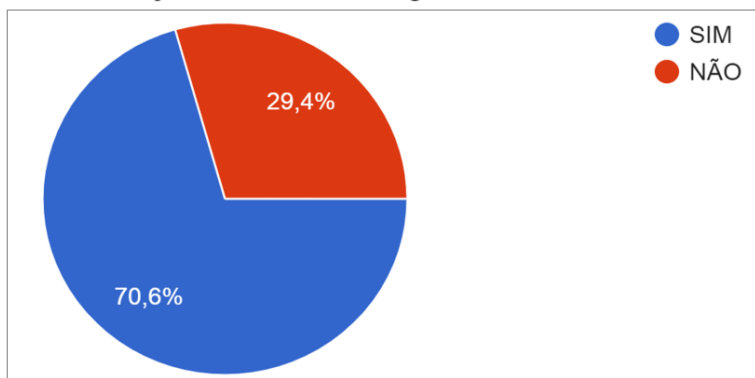
Em relação ao conhecimento sobre as leis de estágio, 15,7% responderam que as conhecem, 17,6% não conhecem e 66,7% em partes. Com isso, vemos que a maioria dos respondentes não conhecem de fato as leis que regem esta prática ou quais seriam seus direitos e deveres. Segundo Lima Filho (2009, s.p):

Não resta dúvida de que o estágio constitui um valioso e diria mesmo, nos dias atuais, um indispensável instrumento de preparação prática do estudante para inseri-lo no competitivo e às vezes desumano mercado de trabalho. Todavia, não pode ser usado, como não raro vem ocorrendo, para mascarar verdadeiras relações de emprego com diminuição de custos para as empresas que dele se valem.

No que refere ao acompanhamento de um supervisor no local de estágio 70,6% dos estudantes responderam que tem ou tiveram um supervisor enquanto 29,4% não tem

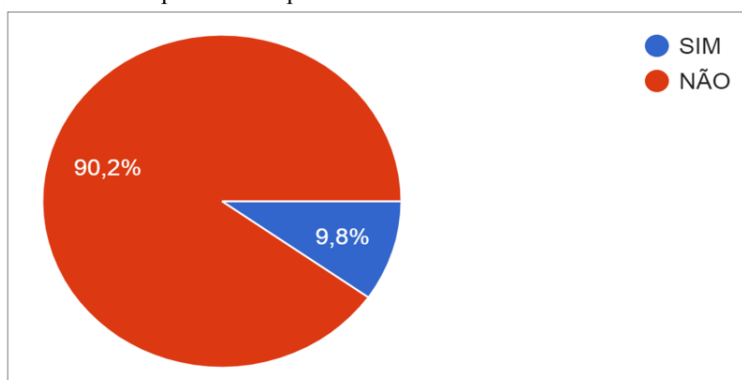
ou não tiveram (Gráfico 8). Quando questionados sobre acompanhamento do professor orientador de estágio do seu curso 90,2% não tem ou não tiveram acompanhamento e apenas 9,8% tem ou tiveram acompanhamento (Gráfico 9).

Gráfico 8 – Supervisão no local de estágio



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 9 – Supervisão do professor orientador



Fonte: Dados da pesquisa

Vale ressaltar que, embora esteja previsto na legislação, a supervisão por parte da instituição de ensino (UFU) não acontece. Possivelmente, os 9,8% que responderam ter supervisão, são aqueles que realizam/realizaram estágio interno.

Em 2011, no Projeto Pedagógico do curso de Educação Física da UFU, foi disponibilizado um quadro de críticas e motivos apresentado ao curso do PPP vigente desde 1995, onde listavam a dificuldade na realização de estágios pelos alunos porque o professor não acompanha os estágios no local. O que nos leva a conclusão que essa abordagem não é recente, que este problema perdura a mais de duas décadas.

Assis e Rosado (2012) destacam que a importância da supervisão se efetiva no âmbito da formação e do exercício da profissão, o que auxilia na compreensão da realidade e a construção de propostas de intervenção juntamente na identificação e discussão das diversas possibilidades e desafios que permeiam a profissão, o que não

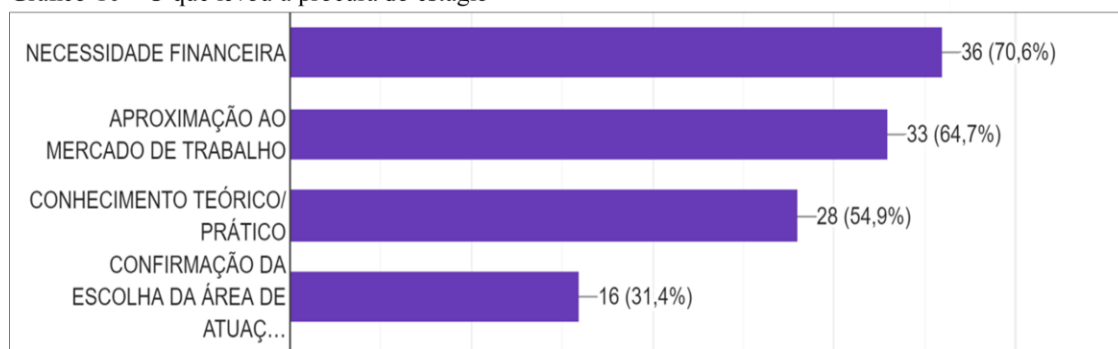
dispensa a reflexão sobre a relação teoria e prática.

Lima Filho (2009) afirma que as instituições de ensino nem sempre fazem o necessário acompanhamento do estágio desvinculando assim, de seu dever legal e também moral.

Millen Neto et al. (2002) acrescentam a partir de seu estudo feito na UniFoa com estudantes de Educação Física, que os parâmetros legais e regulamentações que regem o estágio, como: nível de formação acadêmica necessário para a prática do estágio, carga horária e perfil dos supervisores para a realização dos programas não estão sendo respeitados pelos órgãos e instituições que o oferecem. Lavall e Barden (2014) ainda propõem que a Instituição destine horas aos professores de curso para que o devido acompanhamento possa ser realizado.

Quando questionados sobre o que os levaram a procurar o estágio não obrigatório 70,6% responderam necessidade financeira, 64,7% apontaram a oportunidade de aproximação ao mercado de trabalho, 54,9% mencionaram articulação do conhecimento teórico/prático e 31,4% confirmação da escolha da área de atuação (Gráfico 10).

Gráfico 10 – O que levou à procura do estágio



Fonte: Dados da pesquisa

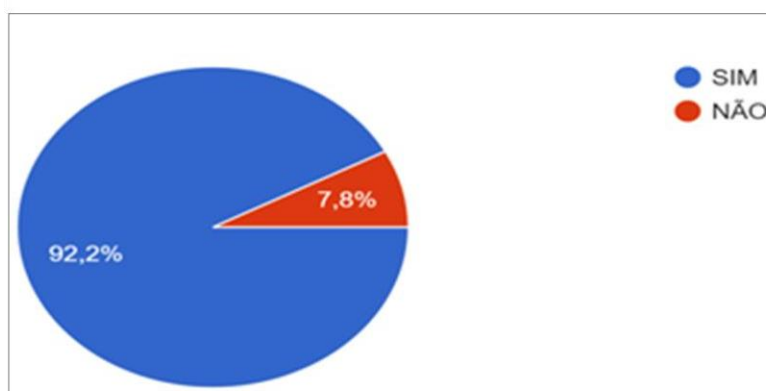
A partir dos dados do Gráfico 10 é perceptível que a principal razão para a procura de estágios não obrigatórios no decorrer da graduação é a necessidade financeira. Embora exista o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) criado para apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior e a UFU disponibilize, através da PROAE, bolsas auxílio para a permanência dos estudantes na instituição, essas não são em número suficiente para atender todos os estudantes que necessitam de auxílio, tal como indica o Gráfico 3.

Quando se trata da aproximação ao mercado de trabalho e confirmação da área, para Bardagi, Lassance e Paradiso (2003), a participação em atividades acadêmicas

pode ser entendida como um exercício profissional prévio e pode propiciar ou não a descoberta de características, habilidades e valores expressivos para o futuro da profissão. Ainda afirmam que atividades acadêmicas, como por exemplo um estágio que permita o desempenho de tarefas relativas a área escolhida, pode facilitar a tomada de decisão e a confirmação da escolha. Em relação ao conhecimento teórico prático, Assis e Rosado (2012 p.207) afirmam que “o estágio também se expressa como o momento em que se torna mais visível a problemática entre teoria e prática, ou melhor, a relação que se estabelece e/ou que é percebida entre estas no cotidiano da operacionalização do trabalho...”

Estudos mostram que os estágios começam a ficar cada vez mais semelhantes a uma relação formal de trabalho. Assis e Rosado (2012) a partir do estudo de outros autores (CERETTA, TREVISAN e MELO, 1996; TREVISAN; WITTMANN, 2002; ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; RETOUR, 2010 PICCININI, ROCHA-DE-OLIVEIRA, RUBENICH, 2006;) explicam que há um grande número de estágios com carga horária semanal igual ou superior a 40 horas, que a bolsa ganha a importância de remuneração, afirmam a falta de orientação por parte das escolas/universidades durante o período da realização do estágio. Em alguns casos, os estudantes nem recebem um plano de orientação com a proposta de trabalho, objetivos a serem alcançados e atividades a serem desenvolvidas. E ainda, completam que os estágios podem ser compreendidos como uma forma flexível semelhante ao contrato de trabalho com duração prevista.

Gráfico 11 – O estágio proporcionou contribuições

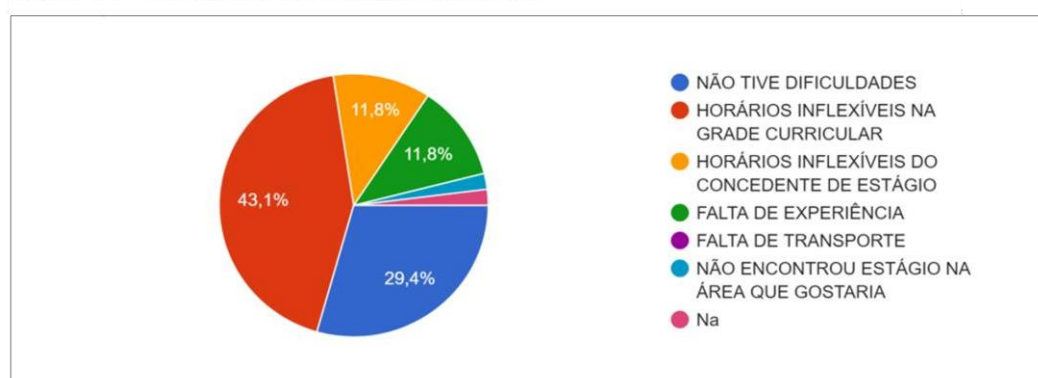


Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados se o estágio não obrigatório proporciona/proporcionou contribuições na formação profissional 7,8% responderam que não proporciona contribuições e 92,2% responderam que proporciona (Gráfico 11).

Ainda, as pessoas que responderam que os estágios não obrigatórios proporcionaram contribuições na formação profissional, destacam como principal resposta a aproximação e inserção ao mercado de trabalho. Logo em seguida, um maior conhecimento teórico/prático. O que concorda com Lavall e Barden (2014), que afirmam que o estágio não obrigatório facilita a aproximação do mercado de trabalho, trazendo assim inúmeras contribuições para a vida dos estudantes. A vivência da profissão proporciona ao educando desenvolver diversas competências e habilidades que são cobradas na profissão, aproximando-o do mundo de trabalho e fazendo com que ele esteja preparado após a graduação.

Gráfico 12 – Dificuldade em conseguir um estágio



Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados sobre quais foram as dificuldades para conseguir um estágio não obrigatório: 29,4% não tiveram dificuldades, 43,1% horários inflexíveis na grade curricular, 11,8% horários inflexíveis do concedente de estágio, 11,8% falta de experiência e 2% não encontraram estágio na área que gostariam (Gráfico 12).

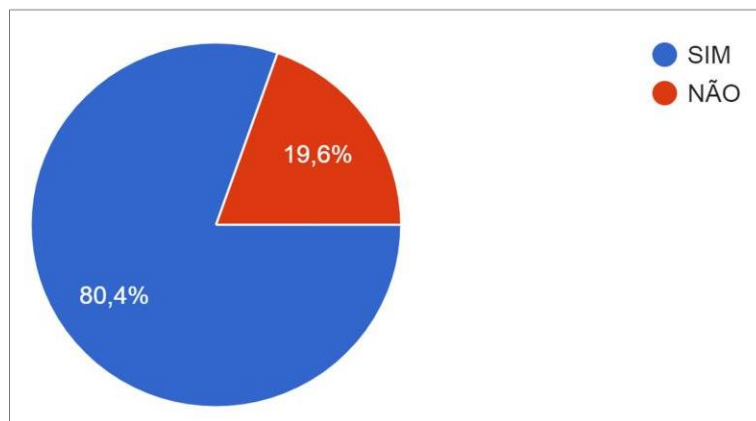
A maioria, 43,1% dos respondentes, afirmam que horários inflexíveis na grade curricular é um problema bastante recorrente e vale lembrar que não é problema só na atualidade. Ao ser elaborado, o Projeto Prático Pedagógico do curso de 2011 do currículo licenciatura/bacharelado, o documento recuperou um quadro de críticas discentes a respeito do PPC de 1995 e horários inflexíveis na grade curricular já era uma crítica bastante citada quando se referia a estágios da Educação Física. Outra resposta recorrente foi a falta de experiência, o que não coincide com um dos objetivos do estágio, que é o aprendizado de atitudes, competências e habilidades.

Rocha de Oliveira e Piccinini (2012 p 31-32) em um estudo feito na área da administração ao mencionarem estudos de (VILLELA e NASCIMENTO, 2003; ROCHA-DE- OLIVEIRA; PICCININI; RETOUR, 2010) confirmam essa exigência:

“Os processos seletivos para vagas de estágio apresentam nível de exigência semelhante aquele das contratações de cargos efetivos Segundo estes autores, organizações têm requerido que os candidatos

às vagas demonstrem tanto conhecimentos (informática e idiomas) quanto habilidades pessoais como criatividade, relacionamento interpessoal, comunicação, pró-atividade, auto-desenvolvimento entre outros.”

Gráfico 13 – Dificuldade em conciliar graduação e estágio



Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados se houve dificuldades em conciliar a graduação com o estágio não obrigatório 80,4% responderam que sim e 19,6% não (Gráfico 13).

Ao responderem sobre quais foram essas dificuldades, apareceram como resposta: cansaço físico e mental, horário inflexíveis, tanto da grade curricular quanto do concedente de estágio, tempo de leituras e estudos prejudicados pelo estágio, e com isso, acabam deixando a faculdade em segundo plano. Segundo Carvalho, 2008, p. 3 o autor destaca: “[...] essa capacidade de administrar o tempo demanda habilidade, esforço e exige determinação por parte de estudantes que além de precisar se concentrar nos estudos e trabalhar necessitam ter condições financeiras para chegar a se formar.” E ainda o lado psicológico do estudante sofre transformações diante de tantas questões pendentes a resolver: financeira, preocupação com os estudos, cansaço físico associado a um dia estressante de trabalho” (CARVALHAL, 2008, p. 5).

Em um estudo na área da Administração, Junior e Lemos (2012), afirmam que apesar de o estágio ser vantajoso como forma de aprendizado e a cerca da profissão que desejam seguir, muitas empresas delegam responsabilidades atribuídas a funcionários efetivos. E em alguns casos, o estágio assume a importância de um emprego, prejudicando o estudo.

O aprendizado prático tem maior reconhecimento e a cobrança do estudante normalmente é a mesma de um trabalhador. As cobranças de horário e disponibilidade, bem como as suas responsabilidades podem assumir uma dimensão em que esta prática se torna mais importante do que o curso universitário, deixado em segundo plano. (OLIVEIRA; PICCININI; RETOUR, 2010). Para Marquez e Silva (2017), em muitas

situações, a condição de aluno/trabalhador destacou importantes dificuldades, como por exemplo, sérias dificuldades de acompanhar o curso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos resultados e discussões apresentadas, podemos concluir que os estágios são sim parte importante e essencial da graduação e tem um grande peso na formação acadêmica e profissional do estudante, fazendo jus à um dos seus principais objetivos que é estimular a reflexão acerca da realidade que estão inseridos, preparar o aluno para sua atividade profissional, aprimorando assim as competências envolvidas nessa prática.

A pesquisa apontou que a área de maior concentração dos estudantes é a área da musculação e apesar da maioria dos respondentes terem assinado o termo de estágio, que é considerado obrigatório para a realização do mesmo, o número dos que não assinaram é bastante considerável. No que diz respeito a desempenharem ou terem desempenhado as atividades descritas no termo de compromisso, as respostas negativas e em partes se sobressaíram. A pesquisa ainda apontou que necessidade financeira, aproximação ao mercado de trabalho, um maior conhecimento teórico/prático e confirmação da área escolhida, foram motivações pela busca dos estágios não obrigatórios e que eles contribuem muito para a formação acadêmica e profissional, mas sem relevar as dificuldades envolvidas na prática dessa modalidade.

Notamos que existem poucos estudos nessa área, ainda menos quando tratamos da Educação Física. É possível perceber que apesar dos aspectos positivos, como aproximação ao mercado de trabalho, confirmação da área de atuação e estimular o desenvolvimento do conhecimento teórico/prático, os pontos negativos, como: as leis não estarem de acordo com a legislação vigente, falta de conhecimento das leis que regem os estágios, falta de fiscalização adequada, dificuldades em conciliar a graduação com a prática dos estágios, etc., são bastante recorrentes e preocupantes. Não só no curso de Educação Física, mas também em diversas áreas, quando se trata dos estágios não obrigatórios, vemos bastante problemas relacionados com aspectos legais e morais.

Em experiências vividas e relatadas por muitas pessoas, não há supervisão adequada nem do concedente e nem da universidade e podemos perceber a precarização do trabalho que muitos estagiários são submetidos. Muitos afirmam que os estagiários são mão de obra qualificada e barata, por sua contratação não envolver trâmites

relacionados a vínculos empregatício, por isso tantas empresas acabam optando por um estagiário ao invés de um profissional devidamente habilitado.

Conclui-se que mais estudos nessa área são extremamente necessários para tentar solucionar ou ao menos amenizar o problema. Concordamos com a percepção de Ramos (2001) que “um trabalho mais sério e uma proposta sustentada neste tipo de estudo, certamente, poderão contribuir significativamente no "conjunto das tentativas" que buscam consolidar a área da Educação Física no Brasil.

Uma maior conscientização e atenção das partes envolvidas sobre a importância desta prática na graduação se faz necessário, tendo em vista que a grade curricular por si só não abrange todas as áreas e competências que necessitam ser desenvolvidas para a realização de determinadas atividades.

6. REFERÊNCIAS

ASSIS, R. L. M.; ROSADO, I. M.; (2012). A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. **Rev. katálysis** [online]. vol.15, n.2, pp. 203-

211. ISSN 1414-4980.

BARDAGI, M. P.; LASSANCE, M. C. P.; & PARADISO, A. C. (2003). Trajetória acadêmica e satisfação com a escolha profissional de universitários em meio de curso. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 4(1), 153- 166.

BARDIN, L.; **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BARROS, J.M. Considerações sobre o estágio na formação do profissional de educação física. Disponível em: www.confef.org.br. Estágios curricular e extracurricular e Resolução CONFEF nº 024/00. In: “**Fórum Paulista dos Cursos de Graduação em Educação Física: qualidade e compromisso na formação do profissional de educação física**”, 1., Guarujá/SP), 2001.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, p. 3-4, 26 set. 2008. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/legislacao/47> Acesso em: 30/03/2019

CARVALHAL, M. **A Arte de Trabalhar e Estudar**. Bahia, 2008.

FREY, M. R.; FREY, I. A Contribuição do Estágio Supervisionado na Formação do Bacharel em Ciências Contábeis. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 13, n. 1, p. 93-104, 30 abr. 2009.)

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa [org] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C; Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2007.

LAVALL, J. BARDEN J. E. Estágio não obrigatório: contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante da UNIVATES. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 7, n.2, p. 47-68, mai. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n2p47>. Acesso em: 13 jul 2019.

LIMA FILHO, F. C. Trabalhador Estagiário. Nova Disciplina. Lei 11.788/08. **Portal Jurídico Investidura**, Florianópolis/SC, 27 fev. 2009. Disponível em: <http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direto-trabalho/2818>. Acesso em: 14 jul 2019.

LÔBO, E. D. C.; **O estagio não obrigatório na educação superior e suas relações com o mercado de trabalho dos acadêmicos de uma instituição de educação superior privada no Distrito Federal/ Emanuel Diego Cantuário Lôbo**. - Dissertação (Mestrado) São Leopoldo-RS;UNISINOS,2018.

LOURENÇO, M. L.; LEMOS, I. S.; PÉCORA JUNIOR, J.E. Desafios e Possibilidades no Estágio Supervisionado Obrigatório: A Visão dos Estudantes do Curso de Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 559-596, set. 2012. ISSN 2358-0917. Disponível em: <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/89>>. Acesso em: 15 jul. 2019. doi:<https://doi.org/10.13058/raep.2012.v13n3.89>.

MARQUEZ, B. S.; SILVA, M. A. C. Trabalhadores-Alunos: motivações e desafios que configuram um cenário de luta. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, [S.l.], v. 1, n. 1, out. 2017. ISSN 2594-8083. Disponível em: <<http://www.seer.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/4337>>. Acesso em: 20 Jul. 2019.

MILLEN NETO, A. R.; CASTILHO, D. S.; ALMICO, R. V.; CONCEIÇÃO, R. R. Reflexões sobre o estágio extra-curricular: seus conceitos, sua realidade e suas conseqüências. In: Encontro Fluminense de Educação Física Escolar, 6., 2002, Niterói. **Anais do Encontro Fluminense de Educação Física Escolar**. Niterói: UFF, 2002. p. 166-170.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Nova cartilha esclarecedora sobre a lei do estágio**:

lei nº 11.788/2008 Brasília, 2010 Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/estagio>
Acesso em: 28/03/2019.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L; **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

RAMOS, G. N. S; Os estágios extracurriculares na preparação profissional em educação física. **Movimento Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, v.1, p.127-141, 2002.

RAMOS, G. N. S.; TOJAL, J. B. A. G. Formação profissional em educação física e os estágios extracurriculares frente à nova legislação. **Motriz**, Rio Claro, v. 7, n. 1, p. S159, jan./jun. 2001. Suplemento.

REIS, M R.; MONTE, E. D. O Estágio Não Obrigatório na Formação em Educação Física e a Precarização Do Trabalho. **Marupíira**: Uepa, Belém, v. 1, n. 1, p.21-36, 2014. Disponível em: <<https://paginas.uepa.br/seer/index.php/marupiira/issue/view/36>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; PICCININI, V. C. Uma Análise Sobre a Inserção Profissional de Estudantes de Administração no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, n. 2, art. 212, p. 44-75, 2012.

SILVA, M. L. S; Estágio curricular: contribuições para o redimensionamento de sua prática / Maria Lúcia Santos Ferreira da Silva, Organizadora. – Natal, RN: **EDUFRN** – Editora da UFRN, 2005. p. 8)

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA F. P. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT T. E.;

SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/– Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física**. Faculdade de Educação Física, 2011.

ANEXO

**TITLE OF ARTICLE IN THE SECOND LANGUAGE (PORTUGUESE, ENGLISH, SPANISH OR FRENCH; 12PT TIMES NEW ROMAN, CENTERED)
TÍTULO DEL ARTÍCULO EN EL TERCER IDIOMA (PORTUGUÉS, INGLÉS O ESPAÑOL; TIMES NEW ROMAN 12, CENTRALIZADO)**

Resumo: Apresentar ao leitor os objetivos, metodologia, resultados e conclusões do artigo, de tal forma que possa dispensar a consulta ao original. Deve ser constituído de uma sequência de frases concisas e objetivas, não ultrapassando 150 palavras. Times New Roman 12, espaço simples, justificado.

Palavras-chave: utilizar os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Disponível em: <http://decs.bvs.br/>; Palavra 1. Palavra 2. Palavra 3. Palavra 4.

Abstract: Present readers with goals, methodology, results and conclusions of the article so that they do not need to consult the original. It shall consist of a sequence of concise and objective sentences, not exceeding 150 words. 12pt Times New Roman, single spaced, justified.

Keywords: Use the Descriptors in Health Sciences (DeCS). Available at: <http://decs.bvs.br/>; Word 1. Word 2. Word 3. Word 4.

Resumen: Presentar al lector los objetivos, metodología, resultados y conclusiones del artículo, de tal forma que no necesite consultar el original. Debe ser constituido de una secuencia de frases concisas y objetivas, no superando las 150 palabras. Times New Roman 12, espacio simple, justificado.

Palabras clave: utilizar los Descriptores en Ciencias de la Salud (DeCS). Disponible en: <http://decs.bvs.br/>; Palabra 1. Palabra 2. Palabra 3. Palabra 4.

1 INTRODUÇÃO

O texto deve ser formatado em Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5 justificado. Deve haver uma linha de espaço entre o título e o primeiro parágrafo. O primeiro parágrafo de cada item deve apresentar entrada de 1,25, conforme este modelo. O tamanho para artigos originais e ensaios não devem exceder a 6.000 palavras com espaço, incluindo resumos e referências bibliográficas. A revista Movimento adota as seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas:

a) Artigo de periódico NBR 6022/2003;

- b) Resumo NBR 6028/03;
- c) Referências NBR 6023/02;
- d) Citações NBR 10520/02;
- e) Numeração progressiva NBR 6024/12.

As normas da ABNT devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

Use a forma completa do nome de todas as organizações e entidades normalmente conhecidas por suas siglas na primeira ocorrência com a sigla entre parênteses e, subsequentemente, basta usar a sigla. Por exemplo, Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Números de um a dez devem ser escritos por extenso. Termos estrangeiros, nomes de obras (livros, periódicos, filmes, programas, por exemplo) devem ser marcados em itálico assim como as expressões *et al.* e *In*: utilizadas nas citações e referências.

As notas de conteúdo no rodapé devem ser inseridas com fonte Times New Roman, corpo 10, espaço 1,0, justificado, conforme exemplo². Não serão aceitas notas bibliográficas de rodapé, que devem estar relacionadas na lista final de referências e tampouco as expressões *id*, *idem*, *ibid*, *ibidem*, *cf*.

² Uma nota de rodapé é um breve texto que apresenta comentários a respeito de algum trecho do corpo do artigo.

2 EXEMPLOS DE CITAÇÕES

Cada referência textual deve corresponder a uma referência completa na lista de referências ao final do corpo do texto. Confira antes de encaminhar o artigo se todas as citações estão presentes. As citações diretas devem ser feitas na língua do artigo. No caso de citações de livros em outras línguas, o autor deve traduzir e indicar na referência (tradução nossa). Dentro da citação os autores devem aparecer em ordem alfabética.

- a) Citação indireta no corpo do texto, um autor ou entidade: (SOBRENOME, ano) ou (NOME DA ENTIDADE POR EXTENSO, ano);
- b) Citação indireta no corpo do texto, autores e obras distintas: (SOBRENOME, ano; SOBRENOME, ano);

- c) Citação indireta no corpo do texto, dois autores de uma obra: (SOBRENOME; SOBRENOME, ano);
- d) Citação direta até três linhas: “O presente artigo será encaminhado para a revista Movimento, publicação científica da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.” (SOBRENOME, ano, p. 00).
- e) Citação direta até três linhas com grifo do autor ou grifo nosso: “O presente artigo será encaminhado para a revista Movimento, **publicação científica** da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.” (SOBRENOME, ano, p. 00, grifo nosso).
- f) Para omitir parte de citação direta: “[...] encaminhado para a revista Movimento, publicação científica da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que tem como principal finalidade [...] e difundir a produção acadêmica de pesquisadores.” (SOBRENOME, ano, p. 00).
- g) Citação direta longa (mais de três linhas) deve ser destacada do corpo do texto, sem aspas:

Utilize Times 11 espaço simples justificado com recuo de parágrafo à esquerda de 4cm. A citação direta é a cópia exata de um texto. Caso o documento original contenha algum tipo de grifo, como uma palavra em negrito, em itálico ou sublinhado, a sua citação deve ter esse tipo de grafia, acrescentada com a observação “grifo do autor”. (SOBRENOME, ano, p. 00).

As citações retiradas de entrevistas ou depoimentos dos pesquisados devem seguir a mesma norma.

3 ILUSTRAÇÕES

A diferença entre o Quadro e Tabela reside mais no fato de que na tabela o dado numérico é parte principal e para as demais informações, utiliza-se a forma de Quadro. Devem ser numeradas em algarismos arábicos, sequenciais, inscritos na parte superior, precedida da palavra que a caracteriza. Colocar um título por extenso, inscrito no topo da tabela/quadro/figura, para indicar a natureza e abrangência do seu conteúdo. A fonte

deve ser colocada imediatamente abaixo da tabela/quadro/figura para indicar a autoridade dos dados e/ou informações da tabela, precedida da palavra Fonte.

3.1 EXEMPLO DE QUADRO

Quadro 1– Dados sobre a circulação (Times New Roman 10 pontos, espaçamento simples).

Nome	Dados 1	Dados 2	Dados 3
Times New Roman, 10 pontos			

Fonte: Instituto de Circulação – www.inc.org.br (Times New Roman, 8 pontos, espaçamento simples).

3.2 EXEMPLO DE TABELAS

Tabela é uma “[...] forma não discursiva de apresentar informações das quais o dado numérico se destaca como informação central” (ASSOCIAÇÃO..., 2011, p. 4). Devem ser inseridas o mais próximo possível do trecho a que se referem e padronizadas conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Devem se restringir ao mínimo necessário e deve ser citada a fonte.

Na edição final do artigo os revisores poderão aconselhar alterações na quantidade e tamanho das tabelas a fim de se manter o padrão da revista.

Tabela 1 – Título da tabela Dados sobre a circulação (Times New Roman 10 pontos, espaçamento simples)

Nome	Dados 1	Dados 2	Dados 3
Categoria1	01,1	01,2	01,3
Categoria 2	02,1	02,2	02,3
Categoria 3	03,1	03,2	03,3
Total	6,3	6,6	6,9

Fonte: dados da pesquisa (Times New Roman, 8 pontos, espaçamento simples).

3.3 EXEMPLO DE FIGURA

No caso da formatação das figuras (imagens, gráficos, esquemas ou outras ilustrações), deve-se utilizar as mesmas especificações de posicionamento, de tamanho das fontes, de título e de origem das informações (fonte dos dados). As figuras devem estar com resolução entre 200 e 300 dpi.

3.4 DOCUMENTO SUPLEMENTAR

Além de inseridos no texto, tabelas/quadros/figuras devem ser encaminhados como documentos suplementares pelo sistema de submissão da revista em formato JPG com resolução entre 200 e 300 dpi. O mesmo deve ser feito com arquivos de áudio ou imagens em movimento.

REFERÊNCIAS

Na lista final devem constar os documentos citados no texto conforme a NBR 6023 e estar ordenada alfabeticamente.

As referências devem estar em Times New Roman 12 com espaço simples e espaço 1,0 entre referências, alinhadas à esquerda, observando a marcação de negrito específica para os exemplos que constam nas instruções para autores.

Se o documento estiver online, obrigatoriamente seu *link* deve estar ativo e constar a data de acesso.

Devem ser descritos por extenso: os prenomes dos autores, os títulos de revistas e entidades.

Confira com atenção se todas as obras citadas no texto estão referenciadas de forma completa nas Referências.

Exemplos:

ADELMAN, Miriam. Mulheres no esporte: corporalidades e subjetividades. **Movimento**, v. 12, n. 1, p.11-29, jan./abr. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Decreto n.º 60.450, de 14 de abril de 1972. Regula a prática de educação física em escolas de 1º grau. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 126, n. 66, p. 6056, 13 abr. 1972. Seção 1, pt. 1.

CRUZ, Isabel *et al.* (Org.). **Deusas e guerreiras dos jogos olímpicos**. 4. ed. São Paulo: Porto, 2006. (Coleção Fio de Ariana).

GOELLNER, Silvana. Mulher e Esporte no Brasil: fragmentos de uma história generificada. *In*: SIMÕES, Antonio Carlos; KNIJIK, Jorge Dorfman. **O mundo psicossocial da mulher no esporte**: comportamento, gênero, desempenho. São Paulo: Aleph, 2004. p. 359-374.

HERNANDES, Elizabeth Sousa Cagliari. Efeitos de um programa de atividades físicas e educacionais para idosos sobre o desempenho em testes de atividades da vida diária. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 2, n. 12, p. 43-50, 05 jun. 2004. Disponível em: <http://www.rbcm.org/revista/art_03.html>. Acesso em: 5 jun. 2004.

MARINHO, Inezil Pena. **Introdução ao estudo de filosofia da educação física e dos desportos**. Brasília: Horizonte, 1984.

REZER, Ricardo; CARMENI, Bruno; DORNELLES, Pedro Otaviano. **O fenômeno esportivo: ensaios crítico-reflexivos**. 4. ed. São Paulo: Argos, 2005.

SANTOS, Fernando Bruno. Jogos intermunicipais do Rio Grande do Sul: uma análise do processo de mudanças ocorridas no período de 1999 a 2002. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE*, 14., 2005, Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre: MFPA, 2005. v. 1, p. 236 - 240. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6994/000538269.pdf?sequence=1>>.

Acesso em: 6 mar. 2018.

SANTOS, Fernando Bruno. **Jogos intermunicipais do Rio Grande do Sul**. 2005. 400 f.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada "Os estágios não obrigatórios na percepção dos estudantes de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia, sob a responsabilidade da pesquisadora Rafaela Pires Romanelli e orientação da Profª Dra. Gabriela Machado Ribeiro. O objetivo desta pesquisa é analisar as implicações dos estágios não obrigatórios na formação profissional a partir da percepção dos estudantes de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia. Para participar você deverá responder um questionário online e em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicizados no Trabalho de Conclusão de Curso da pesquisadora e/ou eventos e periódicos científicos da área.

Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar da pesquisa. Você é livre para recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento sem precisar justificar. Qualquer dúvida a respeito entrar em contato com: Rafaela Pires Romanelli, e-mail: rpr3012@gmail.com ou pelo telefone: (34) 991207845. Uberlândia, Maio de 2019.

⋮

VOCÊ ACEITA PARTICIPAR DESTA PESQUISA? *

- ACEITO PARTICIPAR
- NÃO ACEITO PARTICIPAR

APÊNDICE 2

Gênero:

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não identificar

Cidade de origem:

Período:

Área de atuação do estágio:

- Aquática
- Musculação
- Pilates
- Lutas
- Organização de Eventos
- Recreação
- Esportes
- Outros:

Você recebe auxílio da Pró-Reitoria de Assistência estudantil da UFU?

- Não recebo
- Bolsa Moradia
- Bolsa Alimentação
- Bolsa Transporte Bolsa Creche

Você recebe outro tipo de auxílio?

- Não recebo
- Auxílio dos pais Auxílio dos avós
- Auxílio do cônjuge

Você está realizando estágio obrigatório no momento?

- Sim Não

Em qual período do curso você começou a fazer estágio não obrigatório:

O seu estágio não obrigatório e/era remunerado?

- Sim Não

Você conhece as leis do estágio?

- Sim Não Em partes

Você assinou o termo de compromisso?

- Sim Não

Se sim, as atividades descritas no termo de estágio condizem com as que você desempenhou?

- Sim Não Em Partes

Você teve acompanhamento de um supervisor de estágio no local?

- Sim Não Em Partes

Você teve acompanhamento do professor-orientador de estágio do seu curso?

Sim Não Em Partes

O que te levou a procurar o estágio?

Necessidade financeira

Aproximação ao mercado de trabalho Conhecimento teórico/prático

Confirmação da escolha da área Outros:

O estágio proporcionou contribuições na sua formação profissional?

Sim Não Em Partes

Se sim, quais:

Quais foram as dificuldades para conseguir um estágio não obrigatório?

Não tive dificuldades

Horários inflexíveis na grade curricular

Horários inflexíveis do concedente de estágio

Falta de experiência

Falta de transporte

Não encontrou estágio na área que gostaria Outros:

Você teve dificuldades em conciliar a graduação com o estágio não obrigatório?

Sim Não

Se sim, quais: